



O GOVERNO DAS JUVENTUDES, O IMPERCEPTÍVEL E O ESTRANHO AOS CONTROLES: AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO RIO DE JANEIRO

Maria Clara Alves de Barcellos Fernandes

Fundação de Apoio ao Ensino Técnico
mcbarcellos@gmail.com

Resumo:

Este artigo tem por objetivo pensar as ocupações estudantis que ocorreram nas escolas estaduais do Rio de Janeiro em 2016 e trazer as condições de possibilidade que permitiram o seu surgimento e o que elas interrogam e detonam acerca do nosso presente. Para tanto, percorreu-se as análises históricas dos movimentos de ocupação escolar no Brasil e em outros países, além das manifestações ocorridas no país em 2013. Seguindo estas linhas, a partir do avanço e dos efeitos da sociedade de controle, é percebida a formação de uma subjetividade policial em que cada cidadão é levado a ser o delator e juiz de todo aquele que atrapalha o seu intento de fazer parte, de ser um vencedor na vida. No entanto, nos diz Deleuze, é ao nível de cada recusa que se faz com a decisão de não negociar com o poder, que se pode analisar as capturas e as resistências enunciadas pelos movimentos de ocupação.

Palavras-chave: Ocupações secundaristas; Governo das condutas; Subjetividade Policial

Abstract:

This article is intended to think about the student occupations that happens in the state schools of Rio de Janeiro in the year 2016. It aims too analyze the conditions of the moment that offer the opportunity for the emergence of the movement and what it can say to us about what and how we have lived presently. To help us, we had to do the historical analysis of the occupations movements in different brazilian states and another countrys. Along those lines, based upon the advance and effects of the society of control, the formation of a police subjectivity is noted, in which each citizen is pushed to be the whistleblower and judge of each and every one who meddles with one's intent to belong or to be a winner in life. However, as Deleuze points out, at the level of each rebuttal that is made through the decision to not negotiate with authority is where one is able to analyze the apprehensions and resistance denounced by the occupation movements.

Keywords: Student occupation, government of conduct, police subjectivity.

INTRODUÇÃO

“Não há senão a guerra, em toda parte, sobretudo sem fim, sem origem nem termo, sem vitória nem trégua, com evoluções apenas, mudanças de estilo ou de campo”. Lembrei dessa passagem do livro de Roger Pol-Droit de entrevistas com Michel Foucault, quando visitava a ocupação estudantil da Escola Técnica Estadual República, uma das unidades da FAETEC. Passeando pela escola, agora habitada somente pelos estudantes pertencentes à ocupação, alguns ecos do passado do qual não vivi, me chegam sem controle. A pouco tempo atrás, aquela instituição abrigava a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (FUNABEM), onde funcionava a Escola Correcional XV de novembro que amparava a “infância desvalida” e servia como detenção de “menores transgressores e necessitados”. A arquitetura dos tempos de FUNABEM se mantém, as celas foram transformadas em sala de aula, o ranger das grades e seu estalido ao fechar lembra as celas das prisões; divididas em anexos isolados. Contam por ali que no pátio existiam duas solitárias ao ar livre e que permanecem ainda a compor o espaço agora escolar. A sala dos professores tem o desenho de um grande panóptico que nos possibilita ter acesso a grande parte daquele complexo: os pátios e as áreas mais ermas dali. Enquanto caminhava pela escola, um estudante me apresentava o espaço contando as histórias desse passado tão presente e, ao mesmo tempo, me mostrando as atividades que realizavam. Alguns varriam, outros lavavam ao som de alguma música, outros conversavam e riam dando eco pelos pilares que outrora sustentaram abusos, torturas e maus-tratos contra crianças e adolescentes (será que ainda continuam?). Saindo pelos fundos da escola, o aluno me apresenta o teatro que agora é batizado com o nome de Abdias do Nascimento. Ativista importante da mesma luta travada por aqueles meninos e meninas pretos, pobres das instituições como a FUNABEM e desses meninos e meninas pretos e pobres de agora em suas escolas.

E diante de tantos ecos de tantas lutas que se deram e que se dão ali naquele espaço, a lembrança do pensamento de Foucault a respeito da guerra. A guerra dentro de um entendimento de que as forças do mundo não têm paz, de que o embate de forças está sempre acontecendo. Diante desse movimento de ocupação das escolas pelos estudantes me pergunto: o que estas forças têm conseguido fazer passar? A arquitetura dos espaços estruturados para o controle e vigilância a moldar os corpos e, que ainda hoje se mantêm, nos permite pensar em frestas entre os pilares e as

grades a partir desses novos corpos que agora habitam esse lugar? (Diário de Campo, 10-06-2016)

Significado de ocupar: encher um espaço de lugar e de tempo. Habitar. Tomar posse de. Exercer: ocupar emprego. Dar trabalho, empregar: ocupar os operários. [Figurado] Dedicar, consagrar: ocupar com leitura suas horas de lazer. Ser objeto do trabalho, da preocupação de alguém: seu trabalho o ocupa muito. Trabalhar em; dedicar seu tempo a. Gastar o tempo com. Se ocupar, pois, do presente significa habitá-lo, tomar posse dele, para questionar as maneiras pelas quais certas verdades e seus efeitos práticos vieram a se formar e se estabelecer nele. Diante dessa apropriação da atualidade, através da investigação histórica, poder transgredi-la, isto é, “dizer o que existe, fazendo-o aparecer como podendo não ser como ele é” (Foucault, 2008, p. 325) Assim, pensar as ocupações estudantis que aconteceram em todo o Brasil neste artigo é pesquisar as condições de possibilidade que permitiram o seu surgimento e o que elas interrogam e detonam acerca do nosso presente.

Acácio Augusto (2013), diante do mapeamento de um cenário em que os controles se acionam ao sabor dos cliques, do diagnóstico de um espraiado controle dos modos de viver contemporâneos, nos aponta para a formação do cidadão-polícia. Em outras palavras, o sociólogo rastreia que as recentes tecnologias de poder, para além das técnicas disciplinares e biopolíticas de adestramento, constituem cada um o agente participativo e fiscal do próprio domínio de assujeitamento e, assim, independente das instituições, a extensão do governo da vida em cada um de nós e contra todos. Não pretendo isolar o acontecimento ocupação das escolas em um nexo maniqueísta e empobrecer sua experiência, mas caçar a potência de liberdade em meio às contenções e aos controles elásticos do presente. A questão que me traz aqui é: a que, no fio da navalha das capturas e das invenções, as ocupações estudantis têm dado passagem? E ao que dela se desdobra: é possível escapar das conformações que se desdobram da conduta policial e nos torna atados em uma prática de vigilância, fiscal e denunciadora do outro que caracterizam o governo da vida? Como inventar práticas que invistam mais em liberdade do que controle, ainda que a agonística nos traga que exercícios de liberdade e de controle se imiscuem e se deem a todo momento?

Inicialmente, este trabalho faz um diagnóstico breve do cenário escolar - como ele se apresenta no contemporâneo e a sociedade de desempenho que ela vem

capacitando - e o que os alunos ocupantes desse lugar o questionam serão trazidos, nos ajudando a pensar acerca de como a escola tem produzido subjetividades prontas para atuar sob lógicas policiais. Conclui-se atentando para as ocupações estudantis e seus efeitos: o que elas fizeram e fazem passar para além das conquistas macropolíticas.

Se ocupar do presente: breve diagnóstico do território escolar

Ser professora nunca fez parte daquilo que havia planejado para mim. Costumava localizar-me no ponto da crítica ao seu lugar inquestionável na sociedade e a sua velha engrenagem eficaz de produção de corpos obedientes e formatados para disputar o mercado. Em 2011, quando fui convocada através de concurso para trabalhar na FAETEC como professora de psicologia, a primeira conversa que tive foi com um funcionário da instituição, que logo me lançou o questionamento de como poderia ter o controle de uma sala de aula de 40 alunos com a minha voz baixa e falta de autoridade no meu gestual. Meu cartão de boas vindas à instituição foi me situar no esquema de funcionamento de uma escola em que a disciplina precisa ser posta para trabalhar.

No entanto, nas escolas de hoje, tamanha disciplina incidindo sobre os corpos iria lhe causar uma explosão. Na tentativa de entender o que fazia a psicologia nos currículos escolares do ensino técnico e, portanto, uma justificativa que explicasse a minha presença como professora ali, foi-me passado que a inserção da psicologia vem no intuito de humanizar o ensino e para melhor adaptar o aluno/técnico às demandas exigidas pelo volátil mercado de trabalho, que afirma trabalhar agora muito mais com o capital intelectual do que com o manual. As escolas, de alguma forma, precisam se flexibilizar em pretensas propostas mais humanísticas, participativas e democráticas para aumentar o escopo de seu controle e manter a escola necessária e inquestionável, não só como lugar de acesso ao conhecimento, mas como um portal para a paz, a justiça, o castigo como indiscutíveis para o governo de cada um e de todos.

Como dito por Augusto (2015), “a escola é uma instituição analisada e reformada sempre pelo que lhe falta, pelo que deve ser-lhe acrescido, e raramente pelo que produz e faz funcionar” (p.13). Não nos interessa apontar a sua falência, seu fracasso ou descaso por parte do Estado - até porque neste trabalho de pesquisa há

uma compreensão de poder que não está ligada à negatividade - mas aquilo que ela tem operado em termos de governo das condutas.

Em um momento anterior, a instituição escolar se preocupava em expelir o aluno-problema para fora de seus muros, hoje faz de tudo para incluí-lo num sistema de controles mais sofisticados, onde se possa melhor monitorá-lo, convocando-o para a montagem dos projetos e marcando-lhes a necessidade do aprendizado do controle de si. O aluno, livre dos castigos disciplinares de outrora, é inserido em um esquema de obediência que não teme mais tanto a autoridade superior, mas de que o desvio da norma não lhe ofereça o título de perdedor, fracassado. Esse modo de produção de subjetividade, a partir dos controles de si e do outro que engendra, contribui para formação do cidadão-polícia.

“Numa sociedade de controle, a empresa substitui a fábrica. (...) No regime das escolas: (...) a introdução da empresa em todos os níveis de escolaridade” (Deleuze, 1992, p. 219, 226). E bem como Deleuze escrevera em 1992, as escolas apresentam hoje um funcionamento empresarial, onde cada aluno é um cliente, professores e funcionários são prestadores de serviços e a educação um investimento; em que todos são competidores entre si investindo em seu capital humano, tornando-se empreendedores de si. A escola tal como uma empresa se esforça profundamente em submeter uma modulação para cada salário – vide os sistemas de gratificação e bonificação de salários para professores que aprovarem mais alunos – num cenário crescente de instabilidade, flutuante tal como o mercado. A preocupação em demasia com o futuro incerto originado pelas rápidas transformações trazidas pelo capitalismo contemporâneo produzem subjetividades e, sobretudo, mudanças no mercado de trabalho fazem com que os jovens se deparem com variadas formas de exercícios de poder, e confrontados a surfar na maré, caso não queiram ficar para trás ou “morrerem na praia”. As escolas, assim como as empresas, não estão interessadas em fazer uma análise das forças sócio-políticas e culturais as quais os alunos atravessam, mas sim em ações eficientes e eficazes que gerem lucro.

A formação escolar investe em uma promessa de futuro. O aluno precisa estar engajado na construção do seu futuro, preocupado em “ser alguém na vida”. Esta ênfase no amanhã também está muito marcada nos projetos de propaganda política da gestão municipal e estadual do Rio de Janeiro (2013-2017) como as “Fábricas de

Escolas do amanhã”, “Museu do Amanhã”¹, com um viés de remodelação da cidade e, conseqüente apagamento dos rastros do passado.

A promessa de um amanhã tranquilo, melhor, próspero, sem intercorrências vem preenchendo o ideário moderno. No viveiro de sonhos de uma determinada produção de subjetividades estão contidos os sonhos de consumo pré-concebidos da casa própria, do carro, de uma vida de luxos, de segurança e paz voltadas para si e, principalmente, que nada interfira ou atrapalhe na consecução desses objetivos. A construção pobre e frágil desse ideal além de negar o presente e a vida efetiva, também é perigosa em termos do que a luta pela quimérica segurança pode trazer de forças fascistas.

Na medida em que o amanhã sem medo nunca chega, aumentam os pedidos de segurança, punição e controles. Convoca-se o recrudesimento da violência legal cujo braço armado se efetiva na força policial e estes, não conseguindo conter o sentimento de insegurança e medo pulsantes – muito pelo contrário, se alimentam dessas forças -, vão retroalimentando as linhas de forças fascistas que lutam para aniquilar ou modular as resistências, as diferenças e tudo aquilo que perturba o sossego totalitário.

Os desafios ao pensar dissonante dessas composições atuais aqui descritas são tremendos: o abatimento diante da dureza do cenário se compraz ao apelo da ótica moralista, que incide sempre em apontar as insuficiências das políticas das quais o Estado deveria oferecer. Para que nos desloquemos desse lugar de denúncia, ressentimento e impotência, manter alguns questionamentos ativos em nossos corpos se torna importante: Como sair do coro das palavras de ordem - “Chega!” “Basta!”

1 A propaganda das “Fábricas de Escolas do Amanhã” traz uma linha de produção com crianças em carteiras escolares. O texto diz: “Nossa linha de produção é simples. Construímos escolas, formamos cidadãos e criamos futuros”. A publicidade é sobre o programa que constrói estruturas pré-moldadas para escolas, armazena e distribui material unidades da rede municipal de ensino. Link: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-12-09/prefeitura-do-rio-compara-escola-a-linha-de-producao-em-propaganda-e-e-criticada.html> O Museu do Amanhã é uma iniciativa da Prefeitura do Rio, concebido e realizado em conjunto com a Fundação Roberto Marinho, instituição ligada ao Grupo Globo, tendo o Banco Santander como Patrocinador Master. Conta ainda com a Shell como mantenedora e o apoio do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente, e do Governo Federal, por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Novo ícone da Região Portuária, o Museu do Amanhã explora possibilidades de construção do futuro. Erguido no Porto Maravilha e projetado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava sobre a Baía de Guanabara, foi inaugurado pela Prefeitura do Rio no dia 19 de dezembro de 2015. Âncora cultural do projeto de revitalização da Região Portuária, objetiva dar eloquência a um futuro que traz a narrativa da ciência, tecnologia e sustentabilidade, tenta enterrar com cimento a história dos aportes de escravos do passado e da cultura negra presente naquela região e aponta para as relações das parcerias público-privadas.

“Até quando?” - que atualizam o ideal do amanhã sem medo, do amanhã apaziguado que vem fortalecendo os pedidos de mais ordem, controle e policiamento? Como retirar de nós o ideário de segurança? Como desconfigurar o fascismo que se instalou em nossas vidas, em nossas condutas? Como desconstruir em nós o cobertor fácil da adoção de uma perspectiva moralista?

A crise como modo de governo

Talvez por influência do pensamento marxista, por muito tempo, fomos convidados a acreditar que, para acabar com o sistema capitalista e gerar uma revolução, deveríamos desencadear uma crise. Não contávamos que o capital, longe de recear a crise, hoje se esforça para produzi-las.

O modo de funcionamento dessa gestão da crise é produzir ciclicamente na população a sua inevitabilidade, e desta feita, a obrigação de tomar uma decisão que colocaria um fim na insegurança geral da situação crítica. Em 2016, no Brasil estamos diante dessa configuração assinalada pelo governo federal: estabelece-se a crise política e econômica como discurso e, a partir dela, justificam-se todos os arrochos econômicos aplicados na população. Investem na narrativa da urgência em se aplicar as reformas como modo de apaziguar a crise: a reforma da previdência, reforma trabalhista, reforma do teto dos gastos públicos, a retirada dos investimentos aos programas sociais². O *modus operandi* atual do capital vem sendo o de produzir a doença, para vender a imprescindibilidade da medicação³.

² Depois do impeachment da presidenta Dilma (2014-2016), o vice-presidente Michel Temer assume uma postura de governo que, segundo as suas palavras, “não teme tomar medidas impopulares como solução para tirar o país da crise”. Essas medidas impopulares incluem **a PEC 241** do teto dos gastos públicos que prevê que, pelo período de 20 anos, os investimentos em todas as áreas só poderão ser corrigidos pela inflação dos últimos 12 meses. Um exemplo hipotético: se em 2016 o Governo gastou 100 reais com saúde, em 2017, só poderá gastar esses 100 reais somados à inflação do ano; **a Reforma da Previdência** que pretende criar uma idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres tanto na iniciativa privada quanto na pública. Seu principal objetivo é conter o rombo de aproximadamente 88 bilhões de reais na Previdência. O modelo que está sendo finalizado pelo Governo prevê que haja um tempo de contribuição mínimo de 25 anos e que os homens só poderão receber o benefício aos 65 anos de idade. As mulheres, a partir dos 60; **Reforma do Ensino Médio** que prevê uma alteração substancial na grade curricular a ser estudada nos três anos que compõe essa etapa da educação dos jovens. Em síntese, a formação dos jovens será dividida em duas fases. A primeira mantém as 13 disciplinas que hoje são obrigatórias. Na segunda, parte delas passa a ser facultativa com o objetivo de direcionar os estudos dos adolescentes para a formação profissional que ele desejar. Esta medida não foi debatida com estudiosos do assunto e não houve consulta popular; **Reforma Trabalhista e Terceirização** que aumenta a jornada de trabalho para as 12 horas por dia e promove mudanças nas regras de contratação de trabalhadores terceirizando os servidores.

Segundo o Comitê Invisível (2016), para os neoliberais o discurso da crise é um discurso duplo. Com a sua capacidade de fagocitar a experiência inventiva da vida e transformá-la em produto, em lucro, a narrativa do capital enuncia a importância da “destruição criadora”. É ela quem cria oportunidades, faz despontar os empreendedores, a sobrevivência dos mais motivados, competitivos, que sabem fazer boas escolhas, a duplicidade geradora da frase do atual presidente do Brasil, Michel Temer: “não pense em crise, trabalhe”⁴. Os meios de comunicação de massa, insistentes em endossar e vender o discurso da crise e sua face de “destruição criadora”, não param de veicular matérias que mostram brasileiros que perderam seus empregos face à crise e fizeram disso uma oportunidade para mudar de vida ou ensinam formas de “empreender na crise”. Sendo assim, não vivemos uma crise do capitalismo, mas sim, o êxito do capitalismo de crise: o governo cresce quando promove a crise.

Faz parte da gestão da crise estimular a exigência da constante reestruturação, das reformas com o propósito de desfazer qualquer hábito, desatar laços, demover qualquer solidariedade e manter a permanente sensação de insegurança. Assim, a instabilidade produzida e sentida faz com que a ordem se torne mais desejável do que a revolução.

Da microgestão à gestão de países inteiros, manter a população siderada, desamparada, numa espécie de estado de choque constante a partir do qual se pode fazer praticamente o que se quiser com todos e com cada um de nós. (Comitê Invisível, 2016, p. 27)

Esse cortejo pela ordem, pela estabilidade produzida pelo medo da crise explica, em certa medida, a formação do cidadão-polícia e, conseqüentemente, as ações violentas por parte dos movimentos de desocupação. Tema que será desenvolvido mais adiante.

3 A farmacêutica e companhia de produtos químicos alemã Bayer anunciou nesta quarta-feira (14-09-2016) ter fechado acordo para a compra da norte-americana Monsanto, líder mundial dos herbicidas e engenharia genética de sementes, por US\$ 66 bilhões. Link: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/09/bayer-anuncia-compra-da-monsanto-por-us-66-bilhoes2016.html>

4 Em seu primeiro discurso como presidente interino do Brasil, Michel Temer sugeriu aos brasileiros parar de falar em crise para rever o ânimo. O peemedebista contou que, ao passar por um posto de gasolina no interior de São Paulo, viu uma placa com o seguinte dizer: “**Não fale em crise, trabalhe**”. E, em seguida, pensou em replicar em vários pontos do País. Segundo ele, isto ajuda a **reverter** o clima de crise. Link: http://www.brasilpost.com.br/2016/05/12/temer-posse-ministros_n_9937822.html

Especificamente, no Rio de Janeiro desde 2015, estamos vivendo um período a que o governo estadual chama de crise. Segundo ele, o escândalo da “Operação Lava-Jato”⁵, que trouxe a público as relações entre a Petrobras, empresas privadas e poder público, fez com que houvesse o declínio do preço do barril de petróleo e, conseqüentemente, a queda na arrecadação do dinheiro dos royalties do petróleo. E agora, sem esse dinheiro que o governo estadual alegava cumprir com o repasse de verbas para o sistema público, não haveria como garantir o investimento nos serviços ora prestados. Começou-se, então, a parcelar o salário dos servidores públicos, acabar com os contratos com empresas terceirizadas que prestavam serviços de base e decorrente demissão de centenas de funcionários, não garantir o financiamento para manutenção das instituições, fechamento de escolas, hospitais, bibliotecas, fundações.

Nas diferentes escolas estaduais do Rio de Janeiro começaram a faltar os recursos básicos para a manutenção do funcionamento: alimentação, infraestrutura, salas de aula não climatizadas, utensílios de higiene, material de escritório, até o próprio recurso humano para realizar a segurança da escola, preparar a comida dos alunos e limpeza da instituição, além de alguns prédios se encontrarem em estado tão precário a ponto de oferecer risco de vida ao corpo escolar.

Os estudantes secundaristas acompanhavam toda essa movimentação com muita estranheza e com a verve do incômodo a lhes acossar, pois ao mesmo tempo que o governo declarava a crise do Estado, concedia isenções fiscais à empresas privadas⁶ e outros usos escusos do dinheiro público. Foi neste cenário que as ocupações secundaristas se gestionaram, no entanto, outras forças também contribuíram para irromperem nos movimentos de ocupação.

O que até então era a trivialidade cotidiana, de repente torna-se intolerável. Se até então parecia natural que quem decidia sobre os equipamentos escolares eram os gestores, nos seus gabinetes, subitamente isso aparece como uma aberração intolerável. Com isso, todo um conjunto de coisas torna-se intolerável. A

5 Com início em um posto de gasolina – de onde surgiu seu nome –, a Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014, investiga um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras do país e políticos. Alguns analistas (Safatle, 2016; Chauí, 2016) apontam o viés, visivelmente, político, arbitrário e partidário dos responsáveis pela operação.

6 Governo do RJ assina 14 novos decretos de isenções fiscais. Isenções ocorrem mesmo depois do governo estourar limite de endividamento. Link para a notícia: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/governo-do-rj-assina-14-novos-decretos-de-isencoes-fiscais.html>

mercantilização da educação, as relações de poder vigentes dentro da escola, a disciplina panóptica, os modos desgastados de ensino, aprendizado, avaliação, até mesmo o objetivo da escola. Ao mesmo tempo, em contrapartida, o que até ontem parecia inimaginável (os alunos poderem ocupar e gerir os espaços que lhes são destinados, não apenas para reivindicar seus direitos, aprofundá-los, ampliá-los, mas também para experimentar a força de um movimento coletivo, autogestivo, suas possibilidades inúmeras e inusitadas) torna-se não só possível, mas desejável dentro da mobilização.

De pronto, já não se tolera o que antes se tolerava, e passa-se a desejar o que antes era impensável. Isso significa que a fronteira entre o intolerável e o desejável se desloca – e sem que se entenda como nem por quê, de pronto parece que tudo mudou. Ninguém aceita mais o que antes parecia inevitável: a escola disciplinadora, a hierarquia arbitrária, a degradação das condições de ensino, exige-se o que antes parecia inimaginável: a inversão das prioridades entre o público e o privado, coletivizando experiências, deixando a cidade entrar, com as suas narrativas díspares, na escola, a primazia da voz dos estudantes, a possibilidade de imaginar uma outra escola, um outro ensino, uma outra juventude, inclusive uma outra sociedade.

As ocupações e o devir-revolucionário que elas acionam

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. (...) É ao nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo. (Deleuze, 1992, p.218)

Todo ano passo para os meus alunos o filme “A Onda”⁷ para entrarmos na discussão sobre o que é ser humano, ética e produção de subjetividade. No filme, dois

⁷ A Onda (título original: Die Welle) é um filme alemão de 2008 dirigido por Dennis Gansel e estrelado por Junger Vogel, Frederick Lau, Jennifer Ulrich e Max Riemelt. É inspirado no livro homônimo de 1981 do autor americano Todd Strasser e no experimento social da Terceira Onda. Em uma escola da Alemanha, alunos tem de escolher entre duas disciplinas eletivas, uma sobre anarquia e a outra sobre autocracia. O professor Rainer Wenger (Jürgen Vogel) é colocado para dar aulas sobre autocracia, mesmo sendo contra sua vontade. Após alguns minutos da primeira aula, ele decide, para exemplificar melhor aos alunos, formar um governo fascista dentro da sala de aula. Eles dão o nome de "A Onda" ao movimento, e escolhem um uniforme e até mesmo uma saudação. Só que o professor acaba perdendo o controle da situação, e os alunos começam a propagar "A Onda" pela cidade, tornando o projeto da escola um movimento real. Quando as coisas começam a ficar sérias e fanáticas demais, Wenger tenta acabar com "A Onda", mas aí já é tarde demais.

estudantes em uma festa conversam sobre o fato de acharem que a juventude de hoje não quer nada. Neste momento, o filme exhibe imagens de jovens na festa vomitando, bebendo, usando drogas, namorando e fazendo brincadeiras.

Ao longo do filme, essa fala vai sendo desconstruída e dando lugar a um envolvimento desejante dos estudantes, muito embora esse desejo tenha sido direcionado para forças fascistas. Esse movimento dialoga com alguns pontos tocados pelo Comitê Invisível, quando ele aponta que o povo está na rua, não se trata de um povo que já estava ali esperando para entrar em cena, mas de criação de povo, de um povo que previamente não se encontrava lá. “Não é o povo que produz o levante, é o levante que produz seu povo, suscitando a experiência e a inteligência comuns, o tecido humano e a linguagem da vida real, que haviam desaparecidos”. (Comitê Invisível, 2015, p. 51) Aí reside o acontecimento, nos efeitos dos encontros que ali, no encontro das pessoas consigo e com a rua, se produzem. Ninguém pode prever a potência de um encontro e as produções desejantes que o provocam. É por este meio que as sublevações se prolongam, molecularmente, criando sentido nas vidas das gentes, fazendo com que se perguntem como poderiam ter vivido sem isso antes. Não porque elas tocam avante um programa político, mas porque aciona(ra)m devires-revolucionários.

Nossa política está prenhe de ressentimento e dureza: fazemos greves, levantamos cartazes, marchamos desengonçados, sem conseguir encontrar leveza. Seguimos, ano após ano, pegadas que não são nossas e nos perdemos no ritmo de falas nas quais não nos reconhecemos. A partir de Deleuze e Guattari (1997) conseguimos acessar a conceituação do devir-revolucionário que nos coloca em contato com um desfuncionamento da máquina capitalística que homogeniza e nos identifica a todo momento e apresentam outras forças de vida presentes em nós. O devir-revolucionário acontece, aciona forças sem preocupações com finalidades e objetivos a serem conquistados, coloca em jogo a possibilidade de coexistência de diferentes territórios existenciais. Nas ocupações, os estudantes afirmam a riqueza de encontrar e criar espaços em que negros, mulheres e homossexuais criam alianças, estudantes de pensamentos distintos que não se ouviriam em outro contexto, se permitem conhecer e serem grandes amigos, saindo do território da identidade; abrem espaço pelo meio pobre e inosso das malaridades.

No documentário “Ocupações Estudantis: por eles mesmos” que retrata as ocupações secundaristas no Rio de Janeiro, uma aluna fala no microfone - no que parecia ser um festival dentro da escola - que um dos pontos de pauta das reivindicações da ocupação estava sendo conquistado ali, naquele momento, quando os estudantes conseguiram trazer a comunidade para dentro da escola. Gente que nunca tinha pisado em um ambiente escolar estava ali experimentando, junto, um outro modo de aprendizado.

Esse agir micropolítico está para além das reivindicações de direitos que entram no redemoinho de ressentimento e reconhecimento. Sem retirar a importância da luta por direitos, mas ela nos coloca constantemente na busca por reconhecimento e legitimação por parte do Estado, das pessoas e está sempre associado ao poder. O pedido por direitos é também o pedido por mais Estado, mais controles sob nossas vidas, posto que ao Estado é delegada a função de nos fornecer segurança em troca de uma pretensa liberdade. Essa relação se estabelece em termos de uma dívida em que cobramos algo do Estado em que, dentro de um contexto capitalista, ele nunca poderá nos oferecer (direitos) e nos coloca na posição de eternos devedores. Está-se devedor do Estado quando apenas se consegue falar em nome de suas regras, de suas leis e seus sistemas. Esse mecanismo nos está sempre a despertar afetos tristes de frustração, ressentimento por uma espera e a disjunção pelo fato de nos separar da capacidade daquilo que podemos. O mais intrigante é não propriamente a realidade dos pequenos fascismos cometidos cotidianamente pelos muitos aparelhos do Estado, mas como eles se tornaram desejáveis e reproduzíveis.

A partir de uma leitura foucaultiana, sabemos que o direito foi criado para legislar de cima para baixo. Nesse debate sobre o embaralhamento no campo do direito, do regramento e da micropolítica, foi interessante acompanhar como os movimentos de ocupação tentavam escapar a todo momento das capturas do jogo das leis, – embora, por muitas vezes, se conduzissem por regras tão duras quanto - da necessidade que se tinha de utilizar a lei para cerceá-los. Quando se desvia das questões trazidas pela requisição de direitos e entramos na discussão dos devires minoritários, nos arguimos onde está, efetivamente, a possibilidade de criar valores e a potência de afirmar-se? O singular é difícil de ser codificado pela ótica dominante, nascem rupturas, desentendimentos.

O devir-revolucionário não se coloca na armadilha de tomar o poder ou jogar seu jogo. Tomar o poder não é o intento justamente porque se luta contra as formas de opressão e a favor da criação de outras passagens de lutas. Ninguém pode prever o que uma linha que se descola da história linear pode fazer. E é exatamente isso que um devir-revolucionário quer, descolar linhas, operar desvios, encontrar outros modos de viver que sejam revolucionários. A micropolítica não é uma política inferior, ela pode ter contornos muito mais explosivos, fagulhas que se aguçam dentro das gentes e se colocam como caminhos inegociáveis. Uma micropolítica é uma política menor, composta por movimentos minoritários, se faz por linhas de fuga que desestabilizam o status quo e saem do pré-figurado da história, porque apontam pistas do intempestivo.

Por meio das ocupações, os estudantes puderam conhecer mais as suas escolas; espaços abandonados foram reavivados com hortas, bibliotecas solidárias, oficinas de dança, laboratórios e salas de música. Eles também encontraram livros, uniformes e materiais didáticos escondidos em salas quando se alegava sempre que não tinham mais esses objetos para fornecer. Puderam explorar a capacidade que a escola pode comportar de despontar potências até então desconhecidas: faziam festivais de arte convocando a comunidade escolar, saraus de poesia, aulões, debates, cineclubes, trocavam conhecimento, outrossim, tomavam suas resoluções a partir de assembleias diárias, formavam diferentes comissões para se dividir, se organizar e cuidar da escola, montavam seus cronogramas para o funcionamento e manutenção das ocupações, circulavam entre as unidades para pegar ideias e debater sobre os passos que iriam dar. Puderam discutir sobre machismo, feminismo, gênero, sexualidade, cultura africana, racismo, cotas raciais, alimentação, drogas, criminalização da pobreza, a PL Escola sem Partido, autoestima, ENEM, juventude e mercado de trabalho, entre outras tantas temáticas que vem fazendo parte do nosso cotidiano.

A formação do cidadão-polícia

Estamos diante de um tempo que, cada vez mais, amplia-se o amor à polícia, não só como instituição, mas como prática em que o exercício da cidadania se compraz por condutas policiais. A difusão desse pensamento policial invadiu as ruas, território configurado das revoltas, dos manifestos e das diferentes instituições,

principalmente a escola, lugar assentado na prática do castigo e centralizado na autoridade.

Há algum tempo, a docilidade e a inércia eram obtidos por meio de um meticuloso investimento sobre os corpos, adquiridos através dos confinamentos e correções, que produziam um enfrentamento direto entre o exercício de poder e as ações de resistência. O que há hoje, no entanto, é uma adesão preliminar aos mecanismos que confirmam a continuidade da ordem como uma predisposição em se tornar policial ou em auxiliar com a manutenção dos controles. Dentro desse panorama das sociedades de controle, as resistências emergem sim, mas são mais rapidamente acomodadas e capturadas. Elas urgem serem mais velozes e imperceptíveis aos controles policiais, pois se fabricam no limite das conformações de uma tecnologia de poder que insiste em neutralizá-las.

A presença dos fascismos cotidianos é, cada vez mais, sentida no agir dos jovens que se abrem para servirem como vetores de expansão dos controles, das fiscalizações, ameaças e delações de seus próprios pares nos movimentos de desocupação das escolas, no crescimento das manifestações de ódio contra minorias nas redes sociais, no recrudescimento de posturas conservadoras, vigilantes das condutas alheias entre quatro paredes, nos linchamentos públicos de uma cultura da vingança e da justiça com as próprias mãos, a exaltação de algumas figuras políticas reacionárias e extremistas e a elevação destes à categoria de heróis, nos clamores de mais paz e policiamento que destilam o seu medo em desejos de extermínio, nos desejos de mais repressão conduzidos pelos pastores do Estado, todos, traduzidos aqui, como uma conduta policial.

É algo intrigante que com tanto apelo aos discursos de democracia, diálogo, participação e compreensão dos processos nas escolas dos tempos atuais são disparadas tantas ações fascistas cotidianas. A que estudantes, submetidos a estes controles e acessíveis a diferentes tipos de participação que o convidam a serem delatores ou juizes de seus colegas de turma, principalmente, os movimentos de desocupação das escolas, estão sendo levados a servir? Como os processos de subjetivação contemporâneos têm atuado na consecução de modos de vida que suportam impingir tanta violência a uma pessoa que está ao seu lado todos os dias? Como o desejo de querer fazer parte do sistema escolar e a tudo que ele tem

preconizado sobre meritocracia, empreendedorismo entre outros valores, têm acionado as ações de desocupação de escolas?

Analisando a configuração atual, Augusto (2013) destaca a influência da teoria do capital humano em relação às análises dos problemas da criminalidade e da delinquência e a formação do cidadão-polícia. Naquilo que se refere à teoria do capital humano, conceito trabalhado pelo liberalismo estadunidense, Foucault (2008) afirma que os neoliberais oferecem um entendimento de força de trabalho como o capital que cada trabalhador possui, e não mais uma mercadoria que ele vende ao dono dos meios de produção. A racionalidade neoliberal, ao redimensionar a força de trabalho em capital humano, expandiu as práticas de gestão compartilhada dinamizando a participação e disseminando valores democráticos do âmbito político ao econômico.

A sociedade de controle aciona cada vez mais fluxos de participação, monitorando condutas, ampliando seguranças e direitos. A reconfiguração do trabalhador em empreendedor como capital humano abre para a produção de sujeitos resilientes (Oliveira, 2012), ou seja, ao contrário de uma subjetividade resistente e autárquica estes se mostram dotados de flexibilidade adaptativa aos fluxos capitalísticos e ajustáveis ao tipo empreendedor. Esta inferência coloca o indivíduo como uma empresa; o capital dessa empresa é formado também pelos atributos culturais e pessoais que auxiliam na realização de uma atividade rentável; o salário de cada trabalhador passa a ser tomado como o lucro possível a ser extraído desse capital. Tudo aquilo que um indivíduo faz como atividade de qualificação de si, o seu processo de escolarização, os aspectos hereditários que herda se tornam investimentos para esse homem-empresa adquirir lucros como um *homo economicus*. Essas aplicações no capital humano são artifícios para obter os ganhos futuros no mercado do indivíduo e de seus herdeiros.

Partindo do ponto de que a leitura de uma ação como um crime passa pela infração de uma lei, as pessoas que cometem crimes passam a ser vistas como pessoas que decidiram, deliberadamente, correr riscos ao investir em um ato infracional na busca de lucro ou ganho pessoal. Assim como aqueles não querem mais estar circunscritos ao ambiente escolar ou querem mudar sua lógica são tidas como aqueles que escolhem se arriscar não participar da corrida pelo mercado. O que existe hoje, para Augusto, é um acoplamento das funções policiais como conduta dos cidadãos

vistos como unidades econômicas. “Uma governamentalização, não mais do Estado, da instituição estatal, mas uma maneira de governamentalização da chamada sociedade civil, onde o indivíduo é o elo econômico da relação entre a sociedade e o Estado” (Augusto, 2013, p. 108). O que há é uma ampliação de uma subjetividade policial em que cada cidadão receia o tribunal do mercado, que julga a ação do governo e dos cidadãos. Nessa subjetividade policial, cada cidadão age como um policial-consumidor-empresa.

No território escolar, o recuo dos castigos disciplinares como forma de enquadrar o corpo do aluno e a incisiva lógica empresarial que permeia o espaço acadêmico, faz com que o aluno hoje avalie racionalmente que cometer uma indisciplina pode lhe ser desvantajoso, não tanto pela punição impingida por um superior, mas pela demonstração de sua falha e de seu futuro próximo como um possível perdedor. Nessa relação, o estudante exposto a todo tipo de controles – que se manifestam hoje muito mais através do convite à participação – é levado a ser o delator e juiz de todo aquele que atrapalha o seu intento de fazer parte, de ser um vencedor. Do corpo individual no capitalismo industrial, que recebeu investimentos em sua força mecânica pelas disciplinas e pela biopolítica enquanto espécie, interessa agora sua inteligência como capital humano, sua perene jovialidade, sua competitividade e capacidade inovadora. As condições para tal consolidam o indivíduo como um empreendedor de si.

Estamos diante de uma, cada vez maior, elastificação dos encarceramentos e das condutas policiais. Novas forças se anunciam e se efetivam na sociedade de controle, novas tecnologias de governo da vida que se alargam e operacionalizam outras formas de vida encarcerada ao ar livre na disseminação da conduta do policial-cidadão. Acácio Augusto (2013), atento aos processos de formação de subjetividades, postula que vivemos sob o governo das polícias: polícia dos costumes na casa, no condomínio, no prédio, no bairro, na favela, nas escolas, nos museus de arte. Polícia que porta arma, teclado de computador, câmeras escondidas, celular e em um clique pode disseminar o conteúdo editado e fabricado pronto para a condenação e o linchamento público. Ser um cidadão-polícia, que produz e consome, converteu-se em condição política vital para a existência de cada um no planeta e do próprio planeta. (p.36)

Os levantes de desocupação, que contavam com alunos, pais, poder público, milicianos contratados, partidos políticos, não agiam somente através da coerção física e nas perseguições, mas na fabricação de narrativas moralizantes. O Estado não precisa mais dispor de seu braço armado: a corporação policial. O cidadão-polícia, “exigente de seus direitos, cumpridor de seus deveres”, determina o restabelecimento da ordem, trabalha em favor da continuidade da obediência, por amor, temor e costume, instiga à vigilância mútua e à delação como prática de cidadania de responsabilidade para com a sociedade.

A partir das elaborações de Foucault (2008) seria possível analisar a emergência dessas práticas como um processo de assujeitamento que modula uma conduta e subjetividade específicas voltadas ao policiamento de si e dos outros que se acopla, complementa e potencializa as modalidades de policiamento a partir do Estado. Essa subjetividade poderia, então, ser caracterizada como a de cidadão-polícia que vaza os contornos estatais, convocando todos a participar, democraticamente, de um governo de sociedade acionado pelo aumento de penalizações e implantações de fiscalizações (Augusto, 2013).

Na discursividade dos movimentos de desocupação estava inserida a lógica da não interrupção do cronograma de inserção no mercado de trabalho, da racionalidade de participação na sociedade do capital. Para isso, criminalizavam as ocupações, convocavam a polícia institucional e, conseqüentemente, o governo. “A manifestação é pelo fim das invasões, por, por mais energia do governo e polícia no combate às ocupações” - frase contida em um dos panfletos dos grupos desocupa. Algumas considerações: *É ao nível de cada tentativa* que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. (Deleuze, 1992, p. 218)

Inseguros. Presos na armadilha da busca pela segurança. Caçando – vigiando, matando e morrendo – uma garantia de proteção por parte de um sistema que se abastece na produção de medo, insegurança e instabilidade. O transcorrer da vida, para o bem ou para o mal, nos mostra que nunca chegará o dia em que não haverá mais nada a temer. Esse ideal, que tem aparecido com muita intensidade na atualidade, vem ativando forças reativas. Já que não conseguimos nos a ver com o emaranhado de lutas que é a vida, projetamos um amanhã em que encontraremos paz, sossego e estabilidade. Como efeito, ao desprezarmos esse mundo pela busca de um ideal, deixamos de lado a força indispensável para compreender o mundo efetivo;

a nossa potência e a possibilidade de se aliar a algumas lutas silenciosas são capturadas pela esperança de um amanhã sem medo que não nos oferece mais do que a frustração e o caminho da reatividade e ressentimento, posto que nunca se efetivará como realidade.

Para dialogar com esse mundo de desassossegos é preciso se desintoxicar desse ideal e coragem para dizer sim ao mundo efetivo, com todos os seus abismos, crises e conflitos. A aventura de existir implica não haver garantias, é a coragem que abre outras possibilidades de formulações e reformulações sobre a vida. Para isso, Nietzsche evoca aquela coragem miúda: coragem de acolher os erros, as tentativas fracassadas, a coragem de gloriar até mesmo os acontecimentos mais aflitivos da aventura de viver.

No entanto, o homem atual se fia na crença em um mundo sem ameaças, despreza a vida imanente e aciona e compõe com as linhas de forças fascistas que se digladiam para acabar ou modular as resistências, as diferenças e as ousadias. Reivindicam, contra toda e qualquer força que ouse desafiar o poder e o modo de vida escravo, o recrudescimento da violência legal, mesmo que isso signifique a limitação de sua própria liberdade. Esse movimento foi o que expressou a ação dos movimentos de desocupação das escolas, como parte constituinte da produção de subjetividade cidadão-policia que vigora nos tempos atuais.

O engajamento de todos e cada um em prol de uma segurança exige a disposição para policiar, ser pastor de si e dos outros, conduzir-se por uma conduta correta e anular as resistências diluídas em práticas participativas. O indivíduo é chamado a engajar-se, a dialogar, camuflando que há na convocação ao diálogo todo um enquadre de forças, pressupondo uma relação de poder na qual existe um ignorante e um outro detentor da verdade que irá melhor direcioná-lo.

Ao estar ao lado e compor o movimento de ocupação, suas propostas de discussão de suas próprias vidas e o que estão fazendo dela, não é por acreditar que esses jovens são o futuro da nação, é pela viabilidade de afirmar a grandeza da existência, de todos, um aviso da vida viva, que não para de se amplificar, que persevera em continuar ainda que rodeada de tanta mediocridade e violência e controle.

É possível que uma outra subjetividade política e coletiva esteja (re)nascendo, aqui e em outros pontos do planeta, para a qual carecemos de categorias. Mais

insurreta, de movimento mais do que de partido, de fluxo mais do que de disciplina, de impulso mais do que de finalidades, com um poder de convocação incomum, sem que isso garanta nada, muito menos que ela se torne o novo sujeito da história. Pois suspeita que não temos fórmulas para saciar nosso desejo ou apaziguar nossa aflição.

Referências Bibliográficas:

AUGUSTO, Acácio. Governando crianças e jovens: escola, drogas e violência. In Resende, Haroldo (Org.) - *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

AUGUSTO ; RODRIGUES, T. . *Política, participação e resistências na sociedade de controle: entre indignados e a antipolítica*. Pensamiento Propio , v. 40, p. 227-250, 2014.

AUGUSTO, Acácio. *Política e polícia: Cuidados, controles e penalizações de jovens*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2013.

CENTRO DE MEMÓRIA DA FAETEC (Org.). *História e Memória da Educação Profissional no Rio de Janeiro: coletânea de artigos de autores da rede FAETEC* – Rio de Janeiro, RJ: Multifoco, 2017.

COIMBRA, Cecília. *Políticas Públicas, regulamentação da vida e resistências: manifestações-experimentações de junho de 2013*. no prelo

COIMBRA, Cecília e Leitão, Maria Beatriz Sá. *Fluxos de utopia ativa: movimento zapatista, direitos humanos e psicologia*. MOURÃO, J. C. (org.) *Clínica e Política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. RJ: Abaquar; Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Tradução Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 Edições, 2016.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DROIT, Roger Pol. Foucault, Michel: entrevistas. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes: 2008

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo, como alguém se torna o que é*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.18.

OLIVEIRA Salete. “Política e resiliência. Apaziguamentos distendidos”. In *Revista Eopolítica* n. 4. São Paulo: PUC-SP, 2012, pp.105-129.
<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13067/9568>

PELBART, Peter Pál . *Carta aberta aos secundaristas*. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2016. v. 1. 22p .

Maria Clara Alves de Barcellos Fernandes: Psicóloga, Professora de Psicologia na Fundação de Apoio ao Ensino Técnico (FAETEC), Doutora e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: mcbarcellos@gmail.com

Artigo recebido para publicação em: Fevereiro de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Março de 2018.

Como citar:

FERNANDES, Maria Clara Alves de B. O Governo das Juventudes, O Imperceptível e O Estranho Aos Controles: As Ocupações Secundaristas no Rio De Janeiro. **Revista Transversos**. “**Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência**”. Rio de Janeiro, nº. 12, pp. 134-153, Ano 05. abr. 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2018.33655

